

HIDRO - ELÉCTRICA ALTO ALENTEJO

S. A. R. L.

**RELATÓRIO DA DIRECÇÃO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL,
BALANÇO E CONTAS
REFERENTES À GERÊNCIA DE 1967**



**LISBOA
AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 110**

GERÊNCIA DE 1967



HIDRO-ELÉCTRICA ALTO ALENTEJO

S. A. R. L.

CAPITAL: 400 000 000\$00

SEDE - AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 110 — LISBOA

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Senhores Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de Março próximo, na Casa do Alentejo, Rua das Portas de Santo Antão, 58, em Lisboa, pelas 15 horas, a fim de:

- 1) Deliberar sobre o Relatório, Balanço e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1967;
- 2) Deliberar sobre a realização de empréstimos;
- 3) Eleger os Corpos Gerentes para o triénio de 1968/1970, por terminação de mandato.

Para cumprimento do Art.º 26.º dos Estatutos, os Senhores Accionistas deverão, até ao dia 17 do corrente, averbar ou depositar as suas acções no cofre social ou em qualquer estabelecimento bancário, que o comunicará dentro do mesmo prazo.

Lisboa, 4 de Março de 1968

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Alfredo Augusto Filipe

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO
REFERENTE AO ANO DE 1967

SENHORES ACCIONISTAS:

Para cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Relatório, o Balanço e as Contas referentes ao exercício de 1967.

DADOS ESTATÍSTICOS

Produção, aquisição e distribuição de energia eléctrica

PRODUÇÃO — kWh

Centrais da H. E. A. A.	{	Sistema de Nisa	12 929 800
		Pracana	21 798 800
		Belver	191 965 000
Centrais hidro-agrícolas	{	Ponsul	2 672 500
		Maranhão	11 025 000
		Montargil	6 433 000
		Gameiro	2 885 600
Total da energia produzida			249 709 700

AQUISIÇÃO — kWh

à C. N. E.	132 256 182
à S. E. O. L.	2 542
Total da energia recebida na rede	381 968 424

DISTRIBUIÇÃO — kWh

à própria rede	217 660 446
à C. N. E.	490 500
às C. R. G. E.	14 485 837
à S. E. O. L.	32 009 171
à U. F. A.	92 619 913
a outros Distribuidores	24 702 557
Consumo próprio	1 104 548
Perdas	21 394 454
Energia vendida em B. T.	42 463 619
Energia vendida em A. T.	317 005 803

///

Porcentagem de perdas	5,60 %
N.º de consumidores em BT (31/12)	48 866
N.º de consumidores em AT (31/12)	349
N.º de Km de linhas em AT	2 009,812
N.º de redes de BT em exploração	131

NOTA: No número indicado, como energia emitida para a sua própria rede, estão incluídas as perdas dessa rede e o consumo próprio.

Os números referidos nestes dados estatísticos dão o panorama da actividade da Empresa, no ano de 1967. No entanto, para melhor esclarecimento, damos alguns apontamentos sobre eles.

Como uns dos mais importantes, surgem os valores da energia de produção própria e de energia adquirida que são, respectivamente, 249 709 700 e 132 258 724 kWh.

Observa-se que a energia de produção própria, em relação à energia emitida, tem tendência a tornar-se, de ano para ano, cada vez menor; não por alheamento dos problemas ligados ao aumento de produção, aos quais temos dedicado toda a atenção e esforços, mas sim porque temos sido impedidos de colaborar, nas necessidades nacionais, com aproveitamentos já estudados e propostos por nós, em devido tempo, perante a sua outorga à rede primária.

Merece apontamento especial o volume de energia recebida da C. N. E. Já no nosso Relatório do ano anterior expusemos o problema tarifário referente a essa energia.

Ora, a situação especial da nossa produção tem como base albufeiras de pequenas capacidades de armazenagem — Póvoa e Pracana — e a central de Belver, a fio de água, contribuindo esta com cerca de $\frac{3}{4}$ da produção anual média directamente dependente dos caudais do Tejo e estes cada dia mais condicionados aos interesses da Empresa espanhola concessionária das centrais daquele rio, cuja exploração ocasiona por vezes sensíveis reduções do caudal, chegando mesmo a interrompe-lo.

Esta situação tem-nos obrigado, ainda que por curtos períodos, a atingir uma ponta elevada, totalmente desproporcionada com os volumes de energia que adquirimos no conjunto do ano.

Tal facto onera imensamente o preço do kWh e coloca-nos em situação única, consideradas todas as Empresas do País, em relação à fornecedora comum.

Esperamos que tal situação, que é de facto especial, venha a ser como tal reconhecida e se consiga encontrar uma solução que, acautelando os interesses da C. N. E., nos ponha a coberto de consequências que não estão na nossa mão evitar ou diminuir.

Merece também apontamento, na conta de Devedores e Crédores, o volume das importâncias em débito. Se bem que uma parte seja constituída por facturas ainda não vencidas, a outra, que é a maior, representa atrasos reais na liquidação, onde o grande volume é constituído por dívidas de autarquias locais, o que provoca, por vezes, dificuldades de tesouraria.

Hidrológicamente, o ano de 1967 foi um ano francamente mau, perante a prolongada estiagem, que esgotou as nossas albufeiras e as das hidroagrícolas cuja exploração energética nos está entregue. O período de seca prolongou-se, até ao fim do ano, sem as costumadas chuvas outonais. Praticamente, ficámos reduzidos, nos últimos meses do ano, à produção do aproveitamento de Belver que, no entanto, ainda beneficiou da condução das centrais espanholas.

Foi esta situação hidrológica que nos forçou à aquisição de grande volume de energia à C. N. E.

Assim, durante o ano de 1967, adquirimos a esta Empresa 132 256 182 kWh, isto é, cerca de 52,96 % em relação à nossa produção. Como distribuimos 381 968 424 kWh, mais de 34,62 % foi de energia comprada.

OBRAS PROJECTADAS

1 — Fratel

Este novo aproveitamento, de cuja marcha temos dado conta nos nossos relatórios anteriores, encontra-se numa fase lamentável.

A licença para os seus estudos fora-nos dada em 12 de Maio de 1947; foi entregue o ante-projecto, em 18 de Junho de 1951, e o projecto definitivo, no rio Tejo, em 28 de Dezembro de 1962.

A sua prioridade foi opontada pela Câmara Corporativa, no seu Parecer sobre o Plano Intercalar de Fomento, para 1965-1967.

O Decreto-Lei n.º 47 240, de 16 de Outubro de 1966, veio alterar, repentina e inesperadamente, as leis e regulamentos vigentes, bem como a orientação até então seguida superiormente.

Posteriormente, um Decreto publicado no Diário do Governo n.º 93, III série, de 19 de Abril de 1967, outorga à Hidro-Eléctrica do Zêzere a concessão do aproveitamento de Fratel. O facto é do conhecimento geral; abstemo-nos, pois, de comentar, e, confirmando as disposições expostas no nosso anterior Relatório, que aliás mereceram aprovação unânime dos Srs. Accionistas, logo em Maio seguinte, interpuzemos recurso no Supremo Tribunal Administrativo, convictos da razão que nos assiste e aguardando por isso que justiça nos seja feita.

Quando a Empresa, no decurso dos estudos em que se lançara, apresentou em 1951 o estudo intitulado «Aproveitamento hidroeléctrico do rio Ocreza, no Alvito», em que se considerou integrado o escalão de Fratel, como fazendo parte do sistema Ocreza — Tejo, e, alguns anos depois, o estudo «Rio Tejo — Esquema Geral entre Alcântara e Belver», que inclui a barragem e central de Chaparral, teve em vista não só aumentar de modo absoluto a sua produção como, também e principalmente, criar um sistema produtor equilibrado, assegurando deste modo ao País o fornecimento de elevados volumes de energia permanente.

A orientação oficial definida nos Decretos n.º 47 240, de Outubro de 1966 e n.º 93, de Abril de 1967, atrás referidos,

impedindo a Empresa de prosseguir o seu plano normal de desenvolvimento, durante tantos anos motivo de atenção e estudos aprofundados, aumentará em cada ano o desequilíbrio da sua produção, em relação à solicitação crescente da sua própria rede, que não poderá satisfazer com energia própria.

Tem-se pretendido que a Lei 2002 e o Decreto-Lei n.º 43 335, que não é mais do que a regulamentação daquela, contém os princípios inspiradores da nova orientação.

Lembramos aos Srs. Accionistas que a concessão de Belver e a própria licença de estudos para Fratel, respectivamente de Setembro de 1947 e de Março do mesmo ano, são muito posteriores à Lei 2002, promulgada em Dezembro de 1944, e os Governantes que as concederam julgaram certamente não ofender nem as bases nem o espírito da citada Lei.

Parece-nos conveniente acentuar um outro aspecto que se deduz do estudo «Rio Tejo — Esquema Geral entre Alcântara e Belver»: a solução proposta aos Serviços Officiais teve em mira conciliar, da melhor maneira, objectivos técnico-económicos e políticos e, daí, a existência no nosso estudo de dois aproveitamentos no rio Tejo — Fratel e Chaparral.

Com este último, que por aproveitar o troço internacional do rio seria partilhado com a Hidroeléctrica Española, pretendia-se criar uma albufeira de relativa regularização, que diminuiria as irregularidades de caudal e que, comandada sempre por uma Empresa portuguesa, facilitaria a exploração das centrais de Fratel e Belver e acautelaria interesses múltiplos ligados ao rio Tejo, cujos caudais deverão assegurar variados fins.

O livro «O TEJO», recentemente publicado, da autoria do ilustre economista Sr. Eng.º Araújo Correia, é elucidativo e concludente sobre este assunto.

O caminho aberto pelo Decreto 47 240 e as decisões, que consta estarem em via de ser tomadas quanto ao troço interna-

cional do rio Tejo, são assuntos de magna importância que merecem a atenção de todos os portugueses e em especial dos Accionistas da nossa Empresa.

Quanto àquelas decisões, além dos inconvenientes que delas podem resultar, uma vez em exploração as grandes centrais de Alcântara e Cedillo, poderá acontecer que a água que cai em terra portuguesa venha a ser desviada do seu curso natural, ainda que altas entidades espanholas assegurem que não se pretende tirar água a ninguém mas somente aproveitar os excedentes, que se perderiam no mar.

O assunto é por demais importante para a Empresa e para o País para que nos dispensemos de o trazer ao conhecimento dos Srs. Accionistas.

2 — Ampliação de Belver

Em 10 de Novembro de 1967, foi-nos dada a autorização da ampliação de Belver, com a montagem de um novo grupo de, pelo menos, 15 500 kW, de acordo com o projecto apresentado em Setembro de 1965.

Os prazos para início e conclusão das obras de ampliação foram fixados, respectivamente, em um ano e em três anos, a partir da data da publicação do Decreto.

Temos o prazer de comunicar que, de acordo com o planeamento das obras, estas começarão em Março de 1968.

OBRAS REALIZADAS E EM CURSO

É premente a preocupação de renovamento das nossas instalações, atendendo, simultâneamente, às necessidades presentes e às previstas com o desenvolvimento da rede de distribuição. Paralelamente, construímos vários ramais para alimentação de novos consumidores.

Assim damos conta das seguintes instalações:

No concelho de Benavente, terminámos a subestação de 60/30 kV, 5 MVA, em Porto Alto, de que, no relatório anterior, déramos conhecimento.

No concelho de Coruche, está em fim de remodelação e ampliação a subestação da Glória, 60/30 kV, de 10 MVA.

No concelho de Marvão, está em plena execução a subestação de Aramenha, 30/6 kV, de 1000 kVA.

No concelho de Castelo Branco, modificou-se a subestação da Granja, que passou a simples posto de transformação, dando-lhe a devida actualização e integrado na rede de distribuição da cidade.

Electrificaram-se as seguintes localidades:

De *Portalegre*, a freguesia de S. Julião e os lugares de Caia e de S. Tiago;

de *Borba*, a freguesia de S. Tiago de Rio de Moinhos;

de *Abrantes*, os lugares de Casa Branca, Areias, Lampreia e Carreira do Mato;

de Castelo Branco, as freguesias de Sobral do Campo e S. Vicente da Beira;

de Benavente, o lugar da Barrosa.

NOVA SEDE

As condições do imóvel que ocupamos, na Avenida Duque de Loulé, cada vez se têm tornado mais deficientes, por falta de acomodação dos Serviços.

Impunha-se, pois, melhorar aquelas condições, pelo que se tornou necessária a construção de nova sede que obedeça às exigências actuais e expansíveis.

Deste modo, estamos construindo, na rua D. Francisco Manuel de Melo, essa nova sede, geminando com uma parte residencial, de rendimento, para conveniente aproveitamento do lote de terreno adquirido, em 1961.

UNIÃO FABRIL DO AZOTO

A central de Belver produziu:

Considerando o ano civil	191 965 000 kWh
Considerando o ano hidrológico	214 249 000 »

Foi fornecido à U. F. A.:

No ano civil	92 619 913 kWh
No ano hidrológico	105 895 602 » ,

o que representa, respectivamente, 48,25 % e 49,42 % da energia produzida.

Este fornecimento, que traduz 37,24 % da produção própria, fez-se como consequência de um contrato que teve por base o Caderno de Encargos relativo à concessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Tejo, o qual obriga a Empresa a fornecer energia, para determinados fins considerados de interesse nacional, no caso presente, à indústria electroquímica, em função da produtividade de Belver.

Ora, o consumo da nossa rede, desde a entrada em funcionamento da central de Belver, aumentou 370 %, atingindo em 1967, com exclusão da electroquímica e de outros consumidores, o volume de 242 363 000 kWh.

Denunciado o contrato acima referido, aguardamos que os limites indicados no Caderno de Encargos, a que não pretendemos eximir-nos, sejam fixados com equidade e justiça, como temos solicitado em exposições superiormente apresentadas e já anunciadas no anterior Relatório.

GRÊMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE ELECTRICIDADE

Deixámos de fazer parte da sua Direcção, à qual vinhamos pertencendo desde a sua fundação e a que prestámos sempre a nossa mais franca colaboração.

Porém, com o reconhecimento da sua capacidade realizadora, do seu interesse pelos problemas da Indústria de Electricidade e da dedicação que lhes presta, continuamos a tributar a nossa melhor colaboração nas Comissões a que pertencemos e sempre que ela nos é solicitada.

COMPARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS

Continuámos, durante 1967, a desempenhar funções nos Corpos Gerentes da S. E. O. L., da C. E. A. L. e da C. N. E., empresas a que dedicamos a melhor atenção, intervindo com a nossa colaboração, especialmente nas duas primeiras, pela natureza das próprias funções, na continuidade da electrificação das regiões que, respectivamente, lhes foram concessionadas.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO E SUA APLICAÇÃO

O saldo do exercício foi de 41 636 199\$50 que, com o saldo que passou do ano anterior, 1 187 952\$17, perfaz 42 824 151\$67, para o que propomos a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2 100 000\$00
Fundo de Reserva Especial	3 500 000\$00
Dividendo (9 %)	36 000 000\$00
Saldo para Conta Nova	1 224 151\$67
	<hr/>
	42 824 151\$67

AGRADECIMENTOS

Terminando o mandato, que nos foi confiado para o triénio 1965/1967, queremos expressar:

- Ao Delegado do Governo, Ex.^{mo} Senhor Dr. José Nunes Vacas, o nosso muito apreço e agradecimentos pela compreensão e pelo interesse com que tem observado os problemas da Empresa ;
- Ao Digníssimo Conselho Fiscal, o nosso reconhecimento, pelo seu constante apoio e dedicação, auxiliando o trabalho da Direcção ;
- Aos Ex.^{mos} Senhores Accionistas, os nossos agradecimentos, perante as manifestações de confiança e de presença de apoio, nas horas custosas ;
- Aos Bancos com que trabalhamos e, especialmente, à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a nossa gratidão pelas atenções dispensadas e pela receptividade prestada à apresentação dos problemas financeiros da Empresa ;
- Ao nosso Pessoal, os louvores pela sua colaboração e agradecimentos pela reacção manifestada, perante determinantes contra os nossos direitos.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 1968.

PELA DIRECÇÃO
A COMISSÃO EXECUTIVA

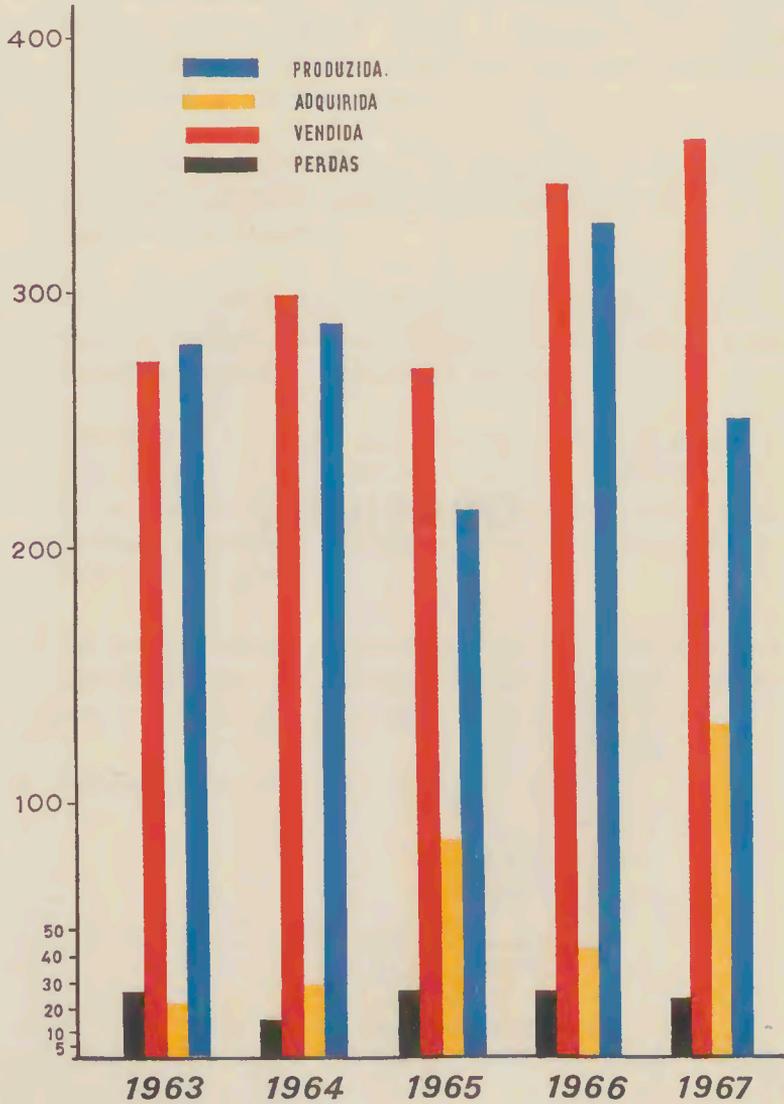
António José Martins Galvão
Alfredo Victor Lopes de Azevedo
Vergílio Godinho Nunes
António Themudo de Castro
José Manuel Homem de Macedo Nogueira



GRÁFICOS

MOVIMENTO DE ENERGIA

Gwh



DESCARREGAMENTOS MEDIDOS EM kwh HAVIDOS NAS ALBUFEIRAS DE PRACANA E BELVER NO ANO HIDROLÓGICO DE 1966-67

DESCARREGAMENTOS TURBINAVEIS

▨ - PRACANA - 0.000 kwh
▩ - BELVER - 13.600.000 kwh

DESCARREGAMENTOS TOTAIS

■ - PRACANA - 600.000 kwh
■ - BELVER - 92.100.000 kwh

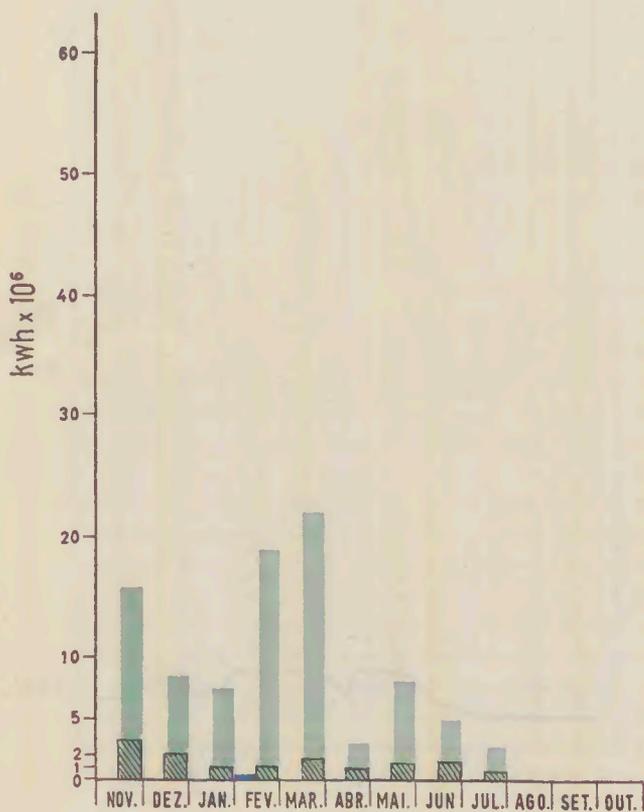
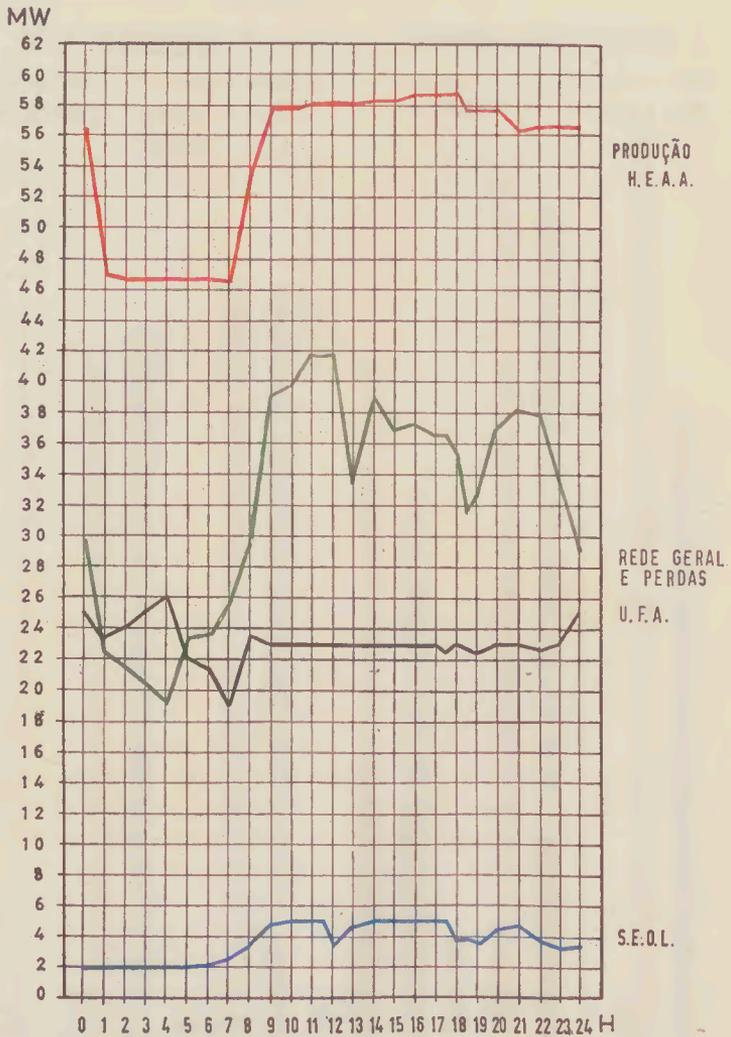
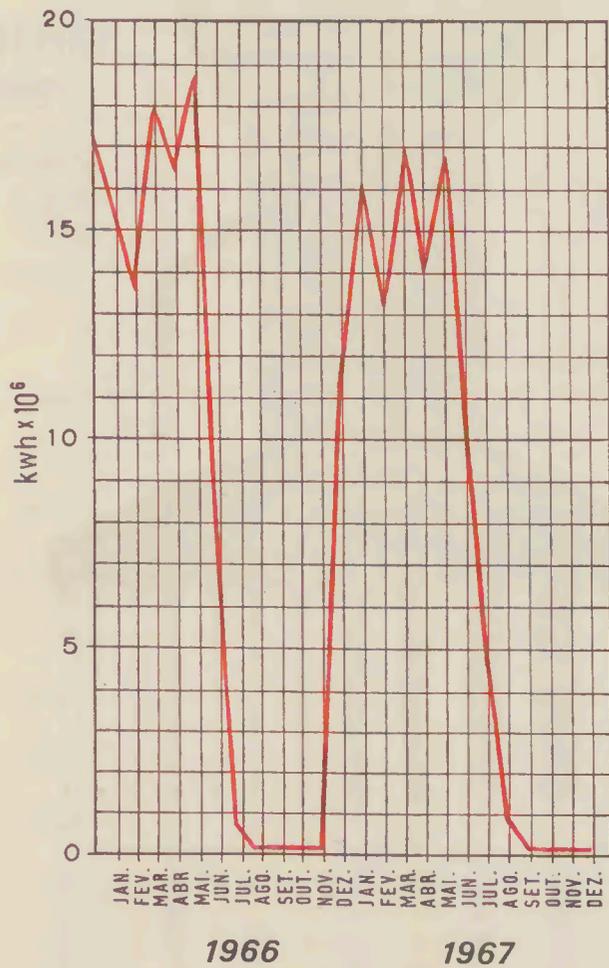


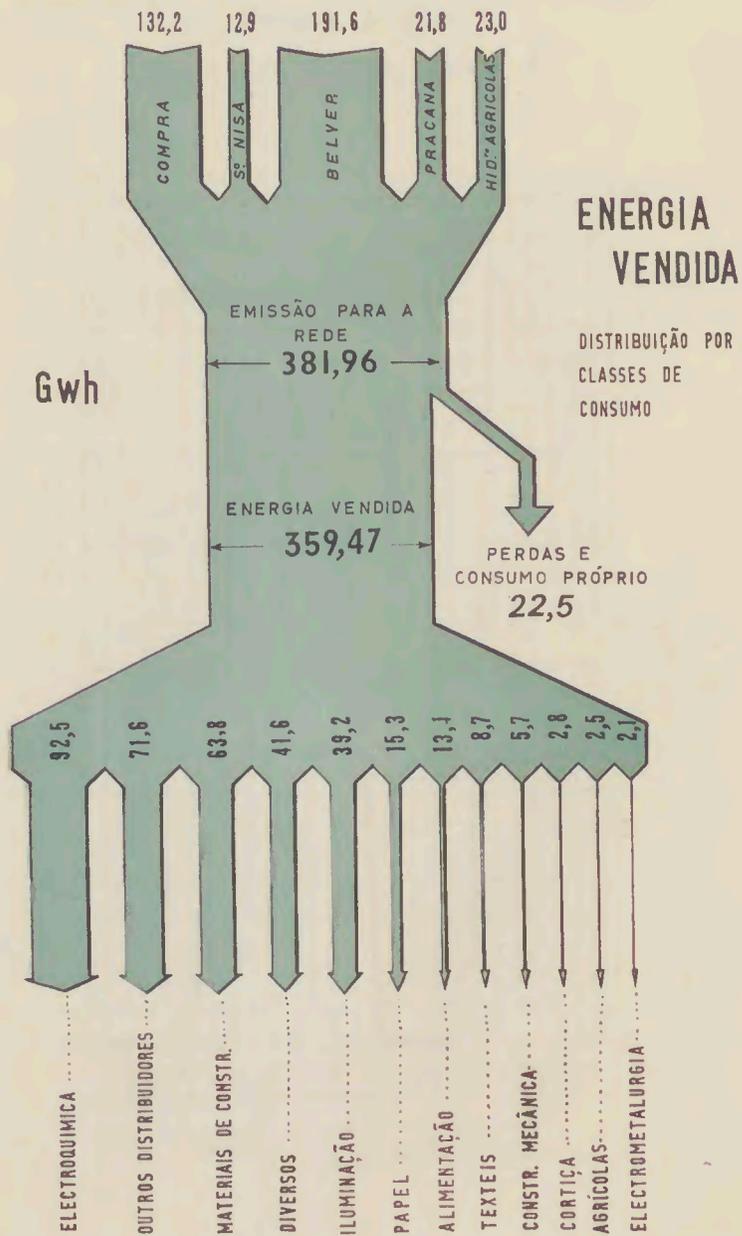
DIAGRAMA DE CARGAS DO DIA DE MAIOR EMISSÃO

14 - 3 - 1967

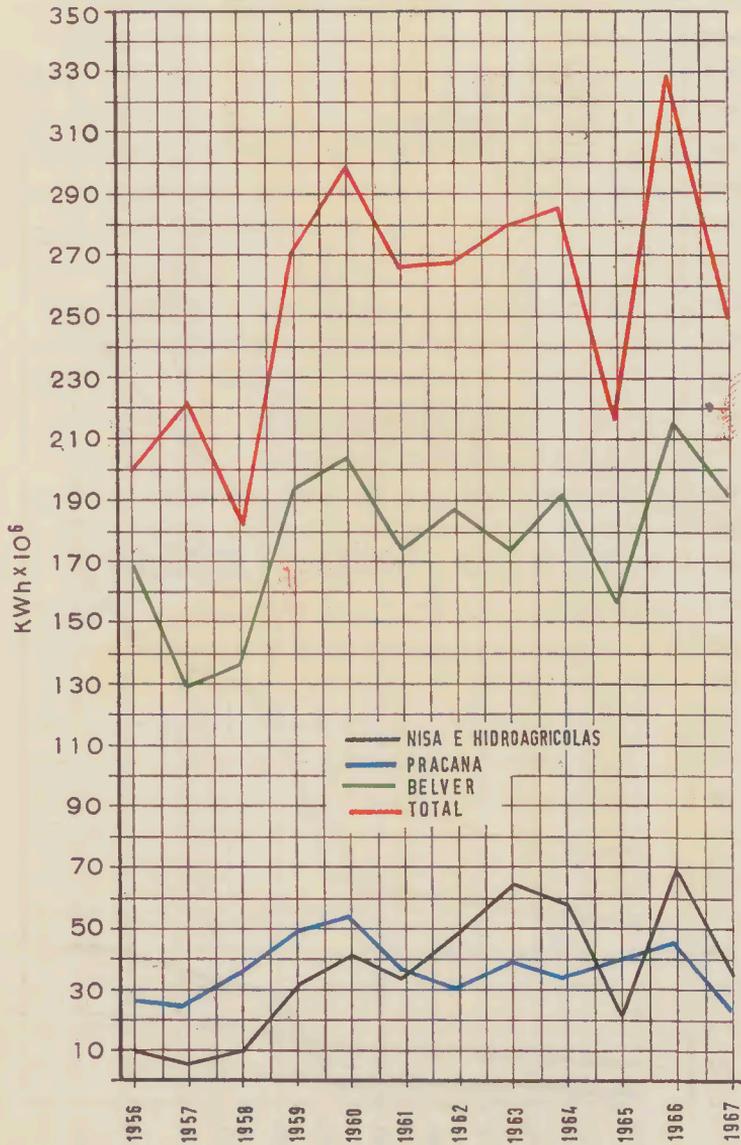


ENERGIA FORNECIDA À UNIÃO FABRIL DO AZOTO

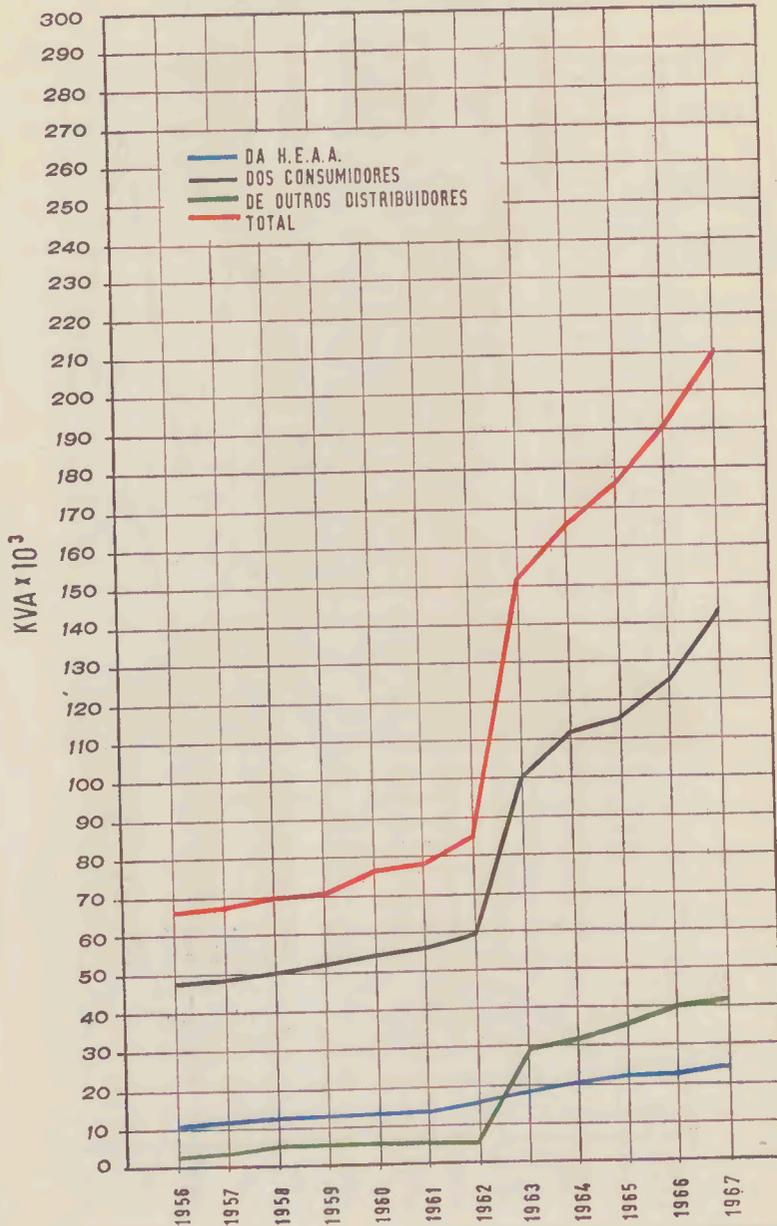




EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NAS CENTRAIS DA H. E. A. A.



POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO LIGADOS À REDE DE A.T.



BALANÇO
E
RESULTADOS GERAIS

Balanço geral da Hidro-Eléctrica Alto Alen

ACTIVO		
DISPONIVEL		
<i>Caixa</i>	593 221\$04	
<i>Caixa das Secções</i>	807 336\$95	
<i>Depósitos à Ordem</i>	9 256 284\$45	10 656 842\$44
REALIZÁVEL		
<i>Letras a Receber</i>	55 000\$00	
<i>Consumidores</i>	32 354 063\$80	
<i>Armazéns (Materiais)</i>	20 234 507\$33	
<i>Devedores e Credores</i> (Saldos Devedores)	5 617 850\$99	
<i>Ações Próprias e de Participação</i>	36 628 900\$00	
<i>Cotas Diversas</i>	11 018 100\$00	105 908 422\$12
CONDICIONADO		
<i>Depósitos de Garantia</i>	233 719\$85	
<i>Papéis de Crédito em Depósitos de Garantia</i>	10 596 000\$00	10 829 719\$85
IMOBILIZADO		
<i>Instalações de Produção:</i>		
No sistema da Ribeira de Nisa	50 824 830\$27	
No Ponsul	248 278\$32	
No Ocreza (Pracana)	132 997 411\$46	
No Tejo (Belver)	287 470 089\$83	
<i>Instalações de Distribuição</i>	303 606 788\$26	
<i>Instalações de Administração</i>	16 093 492\$62	
<i>Laboratórios e Oficinas</i>	1 749 190\$36	
<i>Armazéns (Ap. e Utensílios eléctricos)</i>	11 400 368\$11	
<i>Material Circulante</i>	2 146 651\$00	
<i>Estudos do Alvito (No Ocreza)</i>	11 907 459\$78	
<i>Estudos do Fratel (No Tejo)</i>	2 762 189\$27	
<i>Obras (Diversas)</i>	6 581 877\$15	827 788 626\$43
CONTAS DE ORDEM		
<i>Títulos em Caução</i>	400 000\$00	
<i>Valores à Cobrança</i>	12 753\$40	412 753\$40
		955 596 364\$24

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1968

O GUARDA-LIVROS

a) António da Paz Henriques

tejo fechado em 31 de Dezembro de 1967

PASSIVO

EXIGIVEL

<i>Receitas de Conta Alheia</i>	135 587\$50	
<i>Dividendos</i>	687 084\$05	
<i>Devedores e Credores</i>		
(Saldos Credores)	36 621 633\$34	
<i>Caixa Nacional de Crédito</i>		
(C/ Empréstimo)	51 909 506\$80	
<i>Banco de Fomento Nacional</i>		
(C/ Empréstimo)	13 983 866\$50	
<i>Obrigações</i>	53 332 000\$00	156 669 678\$19

NÃO EXIGIVEL

<i>Capital</i>	400 000 000\$00	
<i>Fundo de Reserva Legal</i>	33 500 000\$00	
<i>Fundo de Reserva Especial</i>	21 000 000\$00	
<i>Reintegrações Gerais</i>	226 561 319\$84	
<i>Reintegrações Especiais</i>	74 628 461\$14	755 689 780\$98

RESULTADOS

<i>Saldo de 1966</i>	1 187 952\$17	
<i>Exercício de 1967</i>	41 636 199\$50	42 824 151\$67

CONTAS DE ORDEM

<i>Credores por Títulos em Caução</i>	400 000\$00	
<i>Receitas Processadas</i>	12 753\$40	412 753\$40
		955 596 364\$24

OS DIRECTORES

a) *António José Martins Galvão*

a) *José Manuel Homem de Macedo Nogueira*

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Nos termos estatutários, vem o vosso Conselho Fiscal dar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1967.

Tendo examinado, mensalmente, os livros da contabilidade e feito várias conferências de Caixa, pode afirmar que sempre encontrou tudo devidamente escriturado.

Quanto ao Relatório da Direcção, deseja o vosso Conselho Fiscal significar a sua plena concordância, na certeza de que, no caso de Fratel, outra atitude que não fosse de reacção seria talvez mais cómoda ; mas, não tão digna, das pessoas ; digna do passado da Empresa.

É, portanto, nosso Parecer :

- 1.º — Que se aprove o Relatório e Contas da Direcção ;
- 2.º — Que se aprove um voto de louvor à Ex.^{ma} Direcção, englobando nele todos os funcionários que à nossa Empresa prestaram a sua leal e melhor colaboração ;
- 3.º — Que se proceda à eleição dos Corpos Gerentes, para o triénio 1968-1970.

Lisboa, 4 de Março de 1968.

O CONSELHO FISCAL

Raúl Alves Mineiro

José Fernando Reynolds de Sousa

Jorge Cardoso Pereira da Silva Mello e Faro

João Monteiro da Fonseca

Duarte Ruy da Câmara Java d'Orey

1968
Oficina Gráfica, Limitada
R. da Oliveira ao Carmo, 8
Telefone 32 28 86 // Lisboa

